

Riqueza e concentração de renda em duas regiões agroexportadoras: Cachoeira e Juiz de Fora (1870/1879)

Rita de Cássia da Silva Almico

Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ana Paula de Albuquerque Silva

Estudante do curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/
bolsista PIBIC/FAPESB

Uelton Freitas Rocha

Estudante do curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/
bolsista PIBIC/CNPQ

Resumo

Pretendemos neste artigo demonstrar a composição da riqueza em duas regiões de características econômicas semelhantes durante a segunda metade do século XIX, a saber, Juiz de Fora na Zona da Mata mineira e Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. Estas duas regiões guardam entre si semelhanças e diferenças que possibilitam esta comparação. Para atingir tal propósito, utilizamos como principal corpo documental os inventários *post mortem*, divididos e analisados de acordo com metodologia própria que possibilitou tal comparação.

Palavras-chave

Riqueza, Zona da Mata mineira, Juiz de Fora, Recôncavo baiano, Cachoeira.

Área temática

História Econômica e Demografia Histórica

Os estudos sobre a composição da riqueza pessoal já povoaram as mentes de muitos historiadores. Tais trabalhos trazem discussões acerca das formas de acumulação de indivíduos que, via de regra, estavam ligados, de formas variadas, às principais atividades dentro das sociedades em que viviam. A nossa principal preocupação nesse trabalho é o de perceber a composição da riqueza pessoal na Mata mineira, destacando a cidade de Juiz de Fora em comparação com o mesmo comportamento no Recôncavo da Bahia na década de 1870, através de pesquisa sobre a cidade da Cachoeira. A proposta é perceber as semelhanças e diferenças dentre os ‘ricos’ destas duas sociedades, entendendo que ambas estavam ligadas em suas principais atividades ao mercado internacional, embora também possuíssem relações com o mercado interno. Daremos maior ênfase, no caso de Cachoeira, à produção de fumo, visto que em nossa mostra para este artigo temos a presença maior de indivíduos ligados à esta atividade.

Essas duas regiões também possuem a característica de serem as regiões mais ricas de suas províncias no período em estudo. O período selecionado compreende um período de grande produção agrícola para as duas regiões mencionadas, onde podemos ainda contar com a presença do ativo escravo entre os bens possuídos pelos indivíduos de nossa mostra. No caso de Juiz de Fora, região de colonização mais recente, veremos que a concentração está na produção agrícola de exportação, notadamente na economia cafeeira, enquanto que Cachoeira, com colonização bastante anterior, possui uma diversificação para atividades de mercado interno mais acentuada, bem como um comércio, devido ao porto fluvial, mais dinâmico, o que se reflete diretamente nos bens possuídos pelos indivíduos de nossa mostra. A documentação utilizada para tanto são os inventários *post mortem*, fonte bastante utilizada pelos historiadores que se debruçam sobre os estudos da riqueza no século XIX.

Na segunda metade do século XIX, várias mudanças apontavam na direção da superação das relações escravistas, ainda que a economia brasileira permanecesse basicamente voltada para o mercado externo, que mantinha o Brasil como país periférico, fornecedor de matérias-primas e alimentos e consumidor de produtos industrializados dos países do centro.¹ A escravidão ofegava nos seus últimos momentos², e sua crise final desenvolvia-se simultaneamente com a expansão do principal produto agroexportador de nossa economia complementar: **o café**. Essa lavoura, que se expandiu inicialmente no Médio Vale do Paraíba, possibilitou não só superávits na balança comercial pós-1850, como também proporcionou prestígio e enriquecimento de uma camada de fazendeiros, conhecidos como os ‘barões do café’³. No entanto, a partir de 1870, essa região não só conheceria o declínio dessa cultura, como também seria superada pela produção crescente do Oeste Novo Paulista no início da República Velha⁴. Este último seria, a partir de então, a principal região cafeeira brasileira, durante todo o restante do século XIX e invadiria também o XX. Juntamente com a expansão cafeeira viria também a modernização dos transportes⁵ e, no tocante à

¹ CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2a. Edição, São Paulo: Brasiliense 1982.

² CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³ STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁴ A superação da produção viria em 1891/92, quando a produção de café de São Paulo superou a do Rio de Janeiro. Conferir em BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. **Marcelino Martins & Edward Johnston: 150 anos**. 2º ed. revista. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992. (Apêndice Estatístico, Tabelas 1.3 e 2.6).

⁵ A respeito das ferrovias e da modernização portuária conferir os trabalhos de: BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Sec. Mun. De Cultura. 1992. (Coleção

produção, a introdução das máquinas, principalmente a do beneficiamento do café⁶. Esses dois fatores foram importantes num contexto da demanda do café no mercado internacional e de alta do preço dos escravos após a proibição do tráfico negreiro. As ferrovias e as máquinas de beneficiamento não só liberaram a mão-de-obra para o trabalho na própria unidade cafeeira, como também diminuíram os custos com o transporte e garantiram a qualidade do café a ser vendido.

Neste processo de transferência da produção cafeeira do Vale para o Oeste paulista, outra região produtora se destacou na economia nacional: a Zona da Mata mineira⁷. Esta região, localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, teve uma produção cafeeira crescente principalmente pós-1870 e se manteve como importante região produtora até as primeiras décadas deste século com percentual na produção nacional de aproximadamente 20% durante todo o período (ver tabela 1).

Tabela 1: Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras

Média anual	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Soma	
	Volum e	%	volum e	%	Volum e	%	Volum e	%	Volum e	%
1876/80	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881/90	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891/1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901/10	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100
1911/20	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921/30	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100

Fonte: (SP, RJ e MG) TAUNAY A de E e FRAGA, C C; (ES) ROCHA E COSSETTI. Apud PIREZ, Anderson, op cit p. 90.

A Zona da Mata teve uma produção cafeeira ascendente durante toda a segunda metade do século XIX. Região de colonização tardia, seu nome deriva da idéia de representar um obstáculo natural contra o contrabando de ouro no século XVIII. Era essa região a mais rica da Província de Minas Gerais no período em estudo, devido principalmente ao café.⁸ Perfazendo apenas 5% do território do estado, a Zona da Mata beneficiou-se não apenas de sua adequação à produção do café, como também de sua localização estratégica, pois encontrava-se próxima do principal centro comercial exportador do país durante o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro.⁹ Em muitas estatísticas das exportações de café pelo porto do Rio de Janeiro, principalmente nas décadas de 1880 e 1890, a produção da zona da Mata era somada à produção fluminense

Biblioteca Carioca, v. 11);EL KAREH, Almir C. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855/1865**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982; SAES, Flávio Azevedo M. de. **As Ferrovias de São Paulo. 1870/1940**. SP./Brasília: Hucitec/INL-MEC, 1981 e COSTA, Wilma P. **Ferrovias e Transição Para o Trabalho Assalariado em São Paulo**. Campinas: IFCH. Dissertação de Mestrado, 1976. Mimeo.

⁶ Quanto ao beneficiamento do café ver COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁷ Entendemos região como um espaço construído pelas relações sociais. Ver: MATTOS, Ilmar de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. (especialmente o capítulo 1 'A Recunhagem da Moeda colonial').

⁸ GIROLETTI, D. **A Modernização capitalista em Minas Gerais**. Museu Nacional, UFRJ, Tese de doutoramento. 1987, p. 66.

⁹ LANA, Ana L. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1920**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1985, p. 30.

em declínio, o que permitiu compreender por que, somente em 1893, a produção exportada pelo porto de Santos suplantou a do porto do Rio de Janeiro.¹⁰

Esta região era responsável por 99% da produção cafeeira da Província no século XIX. Esta posição se manteve até a década de 1920, passando de uma produção de 81.000 arrobas em 1829/1830 com um crescimento para aproximadamente 2,5 milhões de arrobas em 1870/71. Em 1890, 75% da receita de todo o estado advinha de suas taxas pela produção cafeeira. Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais. Somente no início do século XX a produção da Mata sofreu uma queda, muito embora continuasse tendo a maior produção de café, indo de 60% a 70% do total do estado.¹¹

Estudando a “metamorfose da riqueza” em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX,¹² constatamos como a acumulação de capital a partir do café induziu um desenvolvimento industrial e comercial na região.¹³

Juiz de Fora se destacou como centro sócio-econômico da Mata mineira no período aqui abordado. Em 1861, para facilitar o escoamento da produção cafeeira para o porto do Rio de Janeiro é inaugurada a rodovia União-Indústria, que irá consolidar e expandir a economia exportadora. Além da União-Indústria, as ferrovias desempenharam importante papel para integrar a Zona da Mata com o Rio de Janeiro, espaço principal de comercialização da lavoura cafeeira.¹⁴ Duas serão as ferrovias importantes para o desenvolvimento da região nesse período: a ferrovia D. Pedro II e a Estrada de Ferro Leopoldina. A primeira chega a Juiz de Fora em 1875, passando por Matias Barbosa. Essa será a primeira ferrovia a atingir o solo mineiro. A segunda, principal via férrea da Zona da Mata, atravessando a região no sentido norte-sudeste, foi a fusão de antigas ferrovias mineiras e fluminenses, resultando na Estrada de Ferro Leopoldina, que ligará toda a região efetivamente.¹⁵

A década de 1870 foi bastante expressiva na transformação urbana do município. Em 1870 existiam 153 estabelecimentos comerciais e de serviços, que sobem para 231 em 1877, apresentando um crescimento de 151%. Dos 34 estabelecimentos industriais passou-se para 80 no mesmo período, crescimento de 235,29%. No setor de serviços, 48 profissionais se encontravam estabelecidos na cidade com as mais diversas funções.

Partindo de uma base agroexportadora cafeeira que favoreceu seu desenvolvimento inicial, Juiz de Fora partiu então para um segmento urbano-industrial, o que favorece nossa escolha por essa cidade¹⁶. Essa evolução sócio-econômica vivenciada pelo espaço urbano de Juiz de Fora é muito importante para a pesquisa. Ao elegermos a composição da riqueza como nosso objeto, faz-se primordial constatarmos

¹⁰ SAES, Flávio de A.M. de (et ali). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

¹¹ GIROLETTI, D. op. cit p. 69; e, do mesmo autor, **A industrialização de Juiz de Fora (1858/1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3):144-202, maio, 1980. p.151.

¹² ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações ocorridas na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

¹³ A respeito do efeito indutor do café sobre a industrialização brasileira cf. SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. e, sobre a região ver PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo. 2004.

¹⁶ GIROLETTI, Domingos. **A industrialização ...** op cit. p. 68.

¹⁷ Idem, ibidem. p.35.

¹⁸ Idem, ibidem. p. 76.

¹⁶ PIRES, Anderson J. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.

que as mudanças na estrutura da riqueza refletiram-se também na mancha urbana do município, talvez de forma única na região¹⁷. O período que compreende os anos de 1870 é o nosso recorte temporal, por entendermos ser esse período suficiente para demonstrarmos que a acumulação está diretamente ligada à produção cafeeira e, conseqüentemente, a diversificação ocorrida na riqueza pessoal dos habitantes dali, enquanto esse era o principal produto de exportação nacional.

Assim como a Zona da Mata mineira, o Recôncavo baiano, durante o século XIX, passou por uma fase de grande volume de exportações agrícolas. Na região mineira a produção de café foi a de maior relevância e geradora de riqueza. No caso baiano, o açúcar e o tabaco foram os produtos mais destacáveis na economia.

No período colonial, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, parte do Recôncavo Sul, mais precisamente o trecho navegável do baixo Rio Paraguaçu e o povoado (Vila) de Cachoeira, jogou um papel especial nas rotas de comércio em direção ao *hinterland*, Sertão do São Francisco e Minas Gerais, e em direção à Europa, constituindo-se em um entreposto do que se produzia para exportar e do que se importava da metrópole. Como a região era pródiga em termos de recursos naturais, inclusive pastagens, foram desenvolvidas neste local, várias atividades produtivo-primárias e também produtivo-secundárias, fabricação de açúcar e de charutos.¹⁸

Compreende-se que esta desempenhou importantes funções comerciais durante o século XIX. Foi centro distribuidor de mercadorias importadas e receptor de produtos regionais que tinham como destino a exportação, além de principal produtor de fumo por muitos anos.

Já no século XVI o Recôncavo baiano começa a ser ocupado. Quem retrata a conquista desta terra é Mem de Sá no *Instrumento de Serviços*. Até o meado do século XX sua economia baseou-se na produção agrícola para o mercado externo, seus principais produtos eram o fumo e o açúcar, mas havia também uma produção de alimentos para o mercado regional. Esta região nem econômica, nem fisicamente é uniforme. No caso da produção, por exemplo, os principais produtos merecem destaque. A área de Cachoeira, via regra de, cultivava-se mais o fumo, enquanto que, os espaços de solo massapê, notadamente São Francisco do Conde e Santo Amaro, plantava-se cana. Ambas as regiões com grande presença do trabalho escravo.¹⁹

O Recôncavo é complexo, rico e diversificado em todo o seu espaço. É uma região costeira, com pouco mais de 10.000 km de terras emersas.²⁰ Ficou marcado em sua história pela implantação da mão-de-obra escrava e o latifúndio monocultor, principalmente pela produção da cana-de-açúcar. Pela sua posição estratégica, o recôncavo manteve estreita ligação com Salvador, que lhe servia como grande praça de escoamento de seus produtos, e com o “Sertão”. Escoava seus produtos destinados ao mercado internacional pelo porto de Salvador e desta praça recebia os produtos importados que ali chegavam; por sua vez, enviava ao ‘Sertão’ os produtos importados, bem como os produzidos na região. Na verdade, o Recôncavo da Bahia servia de entreposto comercial. Pelos portos fluviais, principalmente os de Cachoeira e São Félix, chegavam e saíam produtos em direção ao interior e ao litoral. Além do Recôncavo

¹⁷ Idem, p. 13.

¹⁸ JANCOSÓ, 1996.

¹⁹ BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Cidade e Recôncavo da Bahia*. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALA; UFBA, 1998. pp. 31-33.

²⁰ MATTOSO, Kátia. **Bahia, Século XIX: uma província Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.53.

desenvolver o papel de entreposto comercial entre o interior e o litoral, era abastecido de víveres, sobretudo, de carne bovina pelo sertão.²¹

A comunicação interna e externa foram primordiais para a manutenção e o desenvolvimento do comércio dessa região baiana. De início, a natureza fez o seu papel e as cidades que tinham vias navegáveis saíram na frente. O Recôncavo foi beneficiado pela sua vasta rede hidrográfica, como o rio Paraguaçu e seus afluentes, importantes, principalmente, para o desenvolvimento de Cachoeira e do comércio que se estabeleceu nesta cidade. A partir da segunda metade do século XIX entram no cenário dos transportes da Bahia as Ferrovias. Duas fases marcaram este processo: a primeira foi entre 1856 e 1875 onde predominou o capital inglês e a outra vai de 1875 a 1893 momento em que o governo, associando-se ao capital privado, entra nesta empreitada. Duas estradas de ferro se destacaram neste momento: a *Bahia São Francisco* e a *Estrada de Ferro Central da Bahia*.²² Já no fim do século XIX Luiz Viana ressaltava a importância das estradas de rodagem, que passaram a fazer parte da realidade do Recôncavo.

Cachoeira muito representou para a Bahia, sobretudo devido a sua localização privilegiada. Compreende-se que esta desempenhou importantes funções comerciais durante o século XIX. Foi centro distribuidor de mercadorias importadas e receptor de produtos regionais que tinham como destino a exportação, além de principal produtor de fumo do país por muitos anos.

Durante o século XIX o Recôncavo da Bahia viveu uma fase de riqueza pujante, vários fatores tornaram-se favoráveis à construção desta riqueza. A monocultura ainda no século XVI se ergue nesta região com a lavoura açucareira, atividade que envolvia o chamado complexo açucareiro. Foi a produção do açúcar que deu visibilidade à Bahia. Seu início, ainda no século XVI foi modesto. No XVII, esteve atrás de Pernambuco, assumindo a primazia no século seguinte. Entre os anos de 1780 e 1860 as exportações de açúcar quase sempre tinham valores superiores à 40% das receitas baianas. Em sua obra *Segredos Internos*, Schwartz destacou que era privilégio de poucos ter engenhos e escravos, o que também representava distinção social. Eram unidades operadas como empresas e gastava-se muito para serem implantadas. As principais formas de financiamento advinham de instituições religiosas, visto que eram quase que inexistentes as instituições de crédito no século XVIII.²³

Quanto ao fumo, a região de maior produção ficou conhecida como *Os campos da Cachoeira*, espaço que ganhou privilégio em nossa pesquisa. Neste momento a produção fumageira abrangia diversas freguesias. Segundo Nardi as mais importantes eram as de Cachoeira, São José de Itaporocas (antigo nome de Feira de Santana), São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão do Jacuípe. Havia ainda outras classificadas pelo autor de importância menor, chamavam-se Oliveira, Santiago do Iguape, Desterro, São Felipe, Maragogipe, São Félix e Cruz das Almas.²⁴

São poucos os estudos referentes a lavoura fumageira especificamente na Bahia e os que conhecemos referem-se ao período colonial. Entre os estudos destacam-se as obras *Um contraponto baiano*²⁵ de Bert Barickman e *O fumo brasileiro no período*

²¹ TAVARES, L. H. **A história da Bahia**. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

²² MATTOSO, Kátia. Op. cit., pp.470-471.

²³ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Cia das Letras. 1985. p. 89-92.

²⁴ NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p.36.

²⁵ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

*colonial*²⁶ de Jean B. Nardi, que abrange todo o Brasil. Além dessas obras que são imprescindíveis à nossa pesquisa, analisamos ainda *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*²⁷ de André João Antonil, porém chamamos atenção que não a utilizamos como fonte de análise. Durante anos, a obra de Antonil foi a única referência para historiadores e pesquisadores que tratam do tema. O objetivo principal é descrever a empresa colonial brasileira em princípios do século XVIII. Foi dividido em quatro etapas que buscavam compreender a cultura do açúcar e do tabaco, a mineração e a criação de gado, abrangendo, ainda, as condições dos escravos, onde Antonil defende o bom cativo com base na doutrina religiosa.

A parte da obra dedicada a cultura do fumo recebe o título: *Cultura e opulência do Brasil na lavra do tabaco*, e trata desde o início da sua plantação até o momento em que se tornou um produto valorizado e promotor de “cabedais”. O autor busca também relatar todas as etapas da plantação com seus respectivos procedimentos e das pessoas que estão inseridas neste processo. Os malefícios de seu uso em excesso, assim como os fatores benéficos trazidos pela planta são discutidos nesta etapa da obra. Por fim, é analisada a saída do tabaco da alfândega da Bahia, o seu valor e lucro gerado, assim como o intenso contrabando existente devido a alta lucratividade.²⁸

Segundo Antonil o tabaco brasileiro tornou-se, na Europa e no mundo, motivo de desejo, tão cobiçado quanto, ou até mais, que o açúcar. Desde a gênese da sua cultura na Bahia gerou lucro ao grande proprietário, logo em seguida foi copiado pelos vizinhos e por boa parte dos moradores dos *campos da Cachoeira*. A planta que até então não tinha muito valor tornou-se um dos gêneros de maior estimação brasileira.²⁹ Geralmente o cultivo do fumo dura quatro meses, seu processo inicial é realizado em canteiros com uso de bastante esterco, é um processo que exige cuidados já que a folha é delicada. Ainda segundo este autor o fumo foi cultivado na grande propriedade e seu comércio foi de tamanho significativo.³⁰

Na obra *O fumo brasileiro no período colonial* Jean Nardi se dedica a analisar aspectos políticos, econômicos e sociais, dedicando-se principalmente à questão da agricultura, do comércio e da administração. Busca compreender as principais características da lavoura fumageira, os empecilhos que permearam a sua produção e seu comércio. Analisa ainda os impactos provocados pelo tráfico de escravos na produção, os panoramas do fumo no mercado externo e interno, assim como as tendências gerais do comércio do fumo brasileiro, além de realizar reflexões sobre a política portuguesa para este produto.

O autor discorda em muitos pontos das afirmações de Antonil, principalmente no que diz respeito a inclusão da lavoura do fumo na grande propriedade e o valor dado ao comércio do produto, porém não tira a importância da obra como fonte imprescindível. O documento intitulado *O rol de fazendas e lavradores da Cachoeira (1783-1799)* deu base as suas afirmações. Segundo Nardi, o total de fazendas calculadas nesta região ocupada com o fumo era de dez mil, com mais ou menos sete pessoas morando nestas fazendas. Outras regiões da Bahia, de menor importância, como São Cristóvão de Sergipe Del Rei, localizada entre Salvador e Pernambuco, também eram produtoras de fumo.³¹

²⁶ NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

²⁷ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Versão PDF. p.149.

²⁸ ANTONIL, André João. op. cit., pp. 67-73.

²⁹ Idem, p.67.

³⁰ Idem, pp. 67-68.

³¹ NARDI, Jean Baptiste. Op. cit., pp. 36-41.

Através do documento citado anteriormente, foi possível que Nardi retirasse informações como: cor da pele, estado civil, proprietários, rendeiros, tipo de solo e uso de esterco nas unidades produtoras de fumo. Neste documento foram numerados 1.716 fazendas fumageiras, com 324 lavradores. Suas pesquisas apontaram que a maioria desses lavradores eram pessoas livres, sendo apenas de 0,9% escravos. Outros dados que o autor consegue nos fornecer são os seguintes: 63% dos lavradores eram brancos, 29,3% pardos e 6,3% pretos. Existiam sete mulheres lavradoras, dentre os 324 casos.³²

Através das informações já tratadas aqui, Jean Baptiste Nardi aponta uma fazenda de fumo no final do período colonial da seguinte forma: um lavrador livre, branco, casado, família de sete pessoas, rendeiro, quatro escravos, 4,3 tarefas cultivadas³³, solo de areia ou salão, sem uso de esterco de gado e produção de 232 arrobas de fumo nos quinquênios. Essas características do exemplo destacado podem ser encontrados em cerca de 60% das 324 fazendas pesquisadas. Segundo este autor, isto significa que a lavoura de fumo caracterizava-se pelo minifúndio, sem uso de esterco de gado, diferentemente do que afirmou Sérgio Buarque de Holanda³⁴, Antonil³⁵ entre outros.

É importante salientar que especificamente estas afirmações realizadas por Nardi estão embasadas em apenas 324 casos, e os resultados predominaram em cerca de 60% e como ele mesmo aponta eram cerca de dez mil fazendas dedicadas a produção de fumo nesta região durante o período colonial e o “rol” aponta 1.716. O que nos leva a refletir que as possibilidades de pesquisas relativas à lavoura fumageira estão com horizontes abertos e que o tema ainda não foi suficientemente estudado. Portanto, a busca de revisar fontes já estudadas, assim como a análise de novas, apenas enriquecerá o estudo referente ao fumo.

Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860, tem como principal tese a de que a *plantation*³⁶ não teria inviabilizado a agricultura de abastecimento interno. Segundo o próprio autor, seu objetivo é reexaminar generalizações realizadas pela historiografia, como por exemplo, a idéia de que não havia quase nenhum mercado rural no Brasil devido o fato de que os próprios latifundiários produziam seus produtos para subsistência.³⁷ Ele aponta que a expansão da agricultura de exportação do Recôncavo esteve atrelada a produção de mandioca, produzido para atender as demandas locais.

Através da comparação da posse da terra, da mão-de-obra escrava e das três lavouras que foram de fundamental importância para o Recôncavo, Barickman pretende mostrar como tanto o grande como o pequeno proprietário “adaptavam o uso da terra e as práticas agrícolas não só às exigências de lavouras específicas (...) mas também às condições locais e à expansão do mercado interno”.³⁸ As fontes utilizadas por Barickman foram inventários *post mortem*, censos manuscritos, registros de propriedades rurais a partir de 1850, assentamentos cartoriais e a documentação do Celeiro Público do Estado da Bahia. Este autor pretende explicar a produção fumageira contrapondo-a com a açucareira. Essas duas lavouras tinham muitas divergências entre

³² Idem, *ibidem* pp. 59-69.

³³ Uma tarefa equivale a 30 braças por 30 braças (4.356 metros quadrados).

³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**, vol.2, p.211-3

³⁵ ANTONIL, André João. *Op. cit.*, p. 150.

³⁶ O termo foi empregado por Caio Prado Jr. E designa grande propriedade, monocultora, mão-de-obra escrava e destino externo da produção. PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

³⁷ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 30.

³⁸ Idem, *ibidem* p. 31.

si, primeiro na quantidade de escravos, onde a lavoura fumageira exigia um número menor do que a plantation açucareira. Segundo, quanto ao local de produção; bem diferente dos engenhos, a produção do fumo muitas vezes era realizado em um anexo da casa do lavrador. Em terceiro lugar, os investimentos realizados pelos lavradores fumageiros eram bem menores que os dos senhores de engenho, pois era necessário na lavoura de fumo aderir apenas modestos equipamentos, enquanto nas unidades produtoras de cana-de-açúcar o desembolso era significativamente maior. Por todas estas diferenças, Barickman afirma que a lavoura fumageira caracterizou-se em parte por beneficiamentos.³⁹

Para Barickman, o fumo é um produto principalmente voltado para o mercado externo, porém isto não quer dizer que não tenha um intenso comércio interno e uma grande plantação voltada para a subsistência. Ele diz que a lavoura fumageira não era uma forma minimizada da lavoura açucareira; seguia outras formas de plantação. “O que a produção de tabaco mostra é que no âmbito da agricultura escravista de exportação havia alternativas viáveis à *plantation*.”⁴⁰

O estudo da riqueza pessoal, embora de alcance limitado, auxilia o entendimento das transformações no nível da própria esfera produtiva, nossa preocupação básica. A diversificação econômica e a discussão sobre a retenção de capital nas regiões aqui analisadas, nos interessam por entendermos que são importantes complementos para o alcance de nossos objetivos.

Nosso conceito de riqueza refere-se ao que foi acumulado durante toda a vida dos indivíduos que compõem nossa mostra documental.⁴¹ Com base nos inventários *post mortem*, procuramos identificar e classificar os ativos que formavam as fortunas desses homens a fim de percebermos os que mais de destacavam e, a forma de ligação destes com a base econômica dessas regiões. Levamos em conta também ser o movimento dessas formas de riqueza a expressão da transição em curso no momento.

Nossa principal fonte de pesquisa foi a coleção de inventários *post mortem*, tanto os de Juiz de Fora, que está sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF), quanto os de Cachoeira, sob a guarda do Arquivo Municipal da Cachoeira (AMC). No que diz respeito à região mineira, esse acervo inclui um universo de 183 inventários pesquisados para o período em questão. Os de Cachoeira somam 60 registros.

Aqui neste artigo nos interessa a classificação dos bens a fim de comparação entre as duas regiões destacadas. Estes, por sua vez, subdividem-se em: bens imóveis; semoventes; objetos pessoais; dívidas; títulos; ações; terrenos. Os bens imóveis são subdivididos em terras, casas, benfeitorias, cafezais, mantimentos e roças. O segundo subgrupo, de bens semoventes, subdividi-se em animais e escravos. Não parece despropositada esta afirmação, uma vez que, embora a descrição dos animais seja normalmente mais sucinta, esta se assemelha à dos escravos, e normalmente estes ‘ativos’ eram apresentados em um mesmo tópico no corpo do inventário, dando um pouco a idéia da percepção dos agentes do período sobre a importância da posse do escravo.

Um terceiro subgrupo de riqueza encontrado nos inventários é o que denominamos objetos pessoais. Esses são, na realidade, o que nos dá a noção da vida privada do indivíduo. Como objetos pessoais temos uma subdivisão de móveis

³⁹ Idem, *ibidem*, pp.31.

⁴⁰

⁴¹ CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfoses da Riqueza. São Paulo 1845/1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985; MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba século XIX**. Lorena, São Paulo: Ed. Stiliano, 1998.

(móveis), jóias, utensílios, instrumentos profissionais e outros. Pela grande diversidade e pequena importância no montante da riqueza (ver à frente) não guardamos muita atenção a estes itens, a não ser quando a própria dimensão da amostra se impunha – no caso de um farmacêutico, um médico, ou um artesão, cujos instrumentos profissionais se tornavam importantes pela própria natureza da atividade do inventariado, por exemplo. O subgrupo das dívidas vem subdividido em ativas e passivas, sendo abatido do monte o que deverá ser pago aos credores, mesmo que para isso os bens precisem ser levados “à praça” (leiloados pela justiça). É importante frisar que dívidas ativas referem-se ao que o inventário tem a receber e, dívidas passivas, o que deve ser pago a outrem.

Também é relevante salientar que a presença de dívidas ativas em grande ocorrência nos inventários pesquisados demonstra uma crescente necessidade por crédito e, a oferta deste por indivíduos da própria localidade, demonstram uma retenção de capital por parte destes. Formando outro subgrupo de bens, temos os títulos, apólices, dote e dinheiro, caracterizando a parte financeira do montante da riqueza. As ações foram separadas desse grupo por entendermos ser esse ativo de natureza diferenciada dos demais ativos financeiros, já que apresentavam um risco maior, de acordo com as oscilações inerentes ao mercado, e, ainda, por podermos, através dessas ações, detectarmos o aparecimento de companhias locais que caracterizam a urbanização e modernização que a cidade apresenta dentro do período estudado. O último subgrupo é formado pelos terrenos, que se encontram principalmente no universo urbano, sendo que pode ocorrer a presença desses nos distritos e, dessa forma, foram considerados rurais. Eles têm pouca expressão quando comparados com os outros ativos na participação no montante total da riqueza, mas são importantes na medida em que nos permitem avaliar o grau de urbanização e a demanda para a construção de casas, lojas, fábricas e demais edifícios na cidade.

É importante ressaltar que, obviamente o inventário nos dá conta de um indivíduo, e que, para entendermos a sociedade em que este está inserido agregamos as informações quantificando-as. A pesquisa nesses inventários selecionados foi feita pela primeira vez em sua totalidade nesse nosso trabalho, para ambas cidades pesquisadas, o que nos influenciou também na escolha, já que poderíamos obter novos dados nessas fontes ainda não pesquisadas. No tocante aos bens, trabalhamos com os valores nominais, por entendermos ser a forma mais viável de não ocorrerem discrepâncias com efeitos inflacionários ou deflacionários, podendo aparecer inclusive diferenças entre os preços que os vários louvados dão aos bens, mas que não afetariam de forma direta os objetivos de nosso trabalho. Os bens foram analisados com base na sua participação relativa ao total da riqueza a cada ano, agregados em períodos de dez anos, mais ou menos. Neste nosso artigo, destacamos a década de 1870/1879 como período que será a base temporal para a comparação que pretendemos fazer, como já salientado anteriormente.

Desta forma, pretendemos comparar os ativos que compõem a riqueza dos indivíduos das duas regiões dentro da década de 1870 através da participação dos ativos no total da riqueza deste período. Nossas comparações relativas são dentro de um mesmo espaço de tempo, de acordo com a participação dos bens relativos ao montante da riqueza.

Como trabalhamos basicamente com inventários *post mortem* como nossa fonte de pesquisa, buscamos incorporar ao nosso trabalho outras experiências de autores que trabalharam com esta mesma fonte no intuito de extrair dela informações sobre as várias dimensões da vida social. Utilizamos, então, estes estudos como maneira de conhecer melhor os limites desse tipo de fonte e, também, quando se tratava de tema e período compatíveis com aqueles por nós estudados, como referência e forma de comparação

com os resultados obtidos por nós. Dentre esses autores podemos citar os trabalhos de Zélia Maria Cardoso de Mello, Jorge Miguel Viana Pedreira, Renato Leite Marcondes, João Ribeiro Fragoso e Kátia Matoso,⁴² Incorporamos com proveito os trabalhos de Jorge Miguel Viana Pedreira⁴³ e também o estudo de João Fragoso⁴⁴ sobre a acumulação e riqueza dos negociantes de grosso trato de Lisboa e do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, respectivamente, sendo esse estrato o mais rico da população no período. Em “*A Bahia no Século XIX – Uma Província no Império*” Kátia Mattoso⁴⁵ faz também um importante exercício de análise através da utilização dos inventários como fonte e dedica um capítulo específico para explicar a riqueza baiana e sua composição, trabalho que também nos foi útil. E por último, Renato Leite Marcondes⁴⁶ em seu trabalho “*A Arte de Acumular Na Economia Cafeeira*”, analisa o patrimônio acumulado pelos indivíduos de Lorena, localizada no Vale do Paraíba Paulista, destacando a distribuição e composição dos mesmos, centrando o estudo nos cafeicultores e produtores de derivados de cana. A partir das metodologias utilizadas nestes trabalhos, todos tendo como fonte principal de pesquisa os inventários *post mortem*, tentaremos extrair contribuições para o método de pesquisa em nosso trabalho.

Os trabalhos citados acima, embora tratem de perceber como se compunha a riqueza de determinadas sociedades, têm diferenças não só de tempo e espaço como também de objetivos e grupos sociais analisados. No trabalho de Kátia Mattoso para a Bahia, a riqueza é objeto de atenção em apenas um capítulo, no de Zélia Cardoso de Mello, em contraposição, ela é o próprio objeto do trabalho. Devemos também destacar outras diferenças importantes entre os trabalhos em questão, todos eles fundamentados na utilização dos inventários como fonte. Em primeiro lugar, tratam de períodos diferentes. Zélia Cardoso de Mello estuda São Paulo na segunda metade do século XIX; Jorge Pedreira, Lisboa da segunda metade do XVIII até o vintismo (1755/1822); João Fragoso, o Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do XIX; Kátia Mattoso a Bahia do XIX e, finalmente Renato Marcondes, Lorena no oitocentos. Em todos os casos, há um destaque marcante para o centro urbano. Entretanto, São Paulo, Lisboa, Rio de Janeiro, Bahia e Lorena têm características distintas entre si. Os estudos sobre Lisboa e Rio de Janeiro, o primeiro sendo o principal porto da metrópole naquele momento e o segundo o principal da colônia e posteriormente do Império, diferenciam-se de São Paulo, Bahia e Lorena por suas características mais urbanas e, principalmente, por terem uma maior inserção no mercado internacional.⁴⁷ Essa diferença desemboca numa outra que para nós é o mais importante: no trabalho de Pedreira e também no de Fragoso, os autores buscam respostas para um determinado grupo social – os negociantes da praça mercantil de Lisboa e Rio de Janeiro respectivamente, enquanto Zélia Cardoso de Mello, volta sua atenção para uma sociedade inteira, no conjunto de suas categorias sociais

⁴² CARDOSO DE MELLO, Zélia M. op cit.

⁴³ PEDREIRA, Jorge M. Vianna. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa - De Pombal ao Vintismo**

(1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social. Lisboa, 1995, Tese de Doutorado (Sociologia e Economia Históricas). Universidade Nova de Lisboa.

⁴⁴ FRAGOSO, João Luís R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁴⁵ MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma Província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁴⁶ MARCONDES, Renato L. op cit (especialmente o capítulo 5: A distribuição da riqueza).

⁴⁷ É importante ressaltar a importância da Bahia como uma região comercial. Entretanto, ao final do século XVIII e, início do XIX, o Rio de Janeiro constituiu-se na principal região comercial e exportadora, seja do Império Luso-Brasileiro, seja no Império do Brasil. A respeito dessa mudança ver: ARRUDA, José Jobson de A. **O comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

existentes, ocorrendo o mesmo com Kátia Mattoso e Renato Marcondes. Partindo então de pressupostos diferentes, obviamente suas metodologias se diferem. Vamos nos deter de forma mais pormenorizada nos trabalhos de Zélia Cardoso de Melo, Jorge Vianna Pedreira e Renato Leite Marcondes, para melhor exemplificar.

Segundo Pedreira, a riqueza não se distribuía uniformemente entre os membros do corpo mercantil de Lisboa, seu alvo de indagações. Para realizar o seu trabalho, esse autor recorre a outros trabalhos semelhantes, buscando um padrão de comparação do seu universo, que é a praça mercantil de Lisboa em fins do séc. XVIII e início do XIX. Tais trabalhos tratam de Inglaterra, Rio de Janeiro, Glasgow, cidades portuárias francesas, Cádiz e Sevilha. Para Lisboa, ele identifica que

A matriz da fortuna dos negociantes encontra-se nos elementos constituintes do capital mercantil. (...) A caracterização preliminar da estrutura patrimonial evidencia desde logo o carácter decisivo das componentes directamente associadas ao negócio: em geral, mais da metade da fortuna era preenchida por dívidas activas de diferentes naturezas que procediam do desenvolvimento de uma actividade comercial e financeira ou dos investimentos realizados.⁴⁸

O crédito e o montante de dívidas foi o principal critério encontrado por Pedreira para distinguir os negociantes dos demais grupos sócio-profissionais. Ele dividiu o patrimônio dos negociantes por ativos, para sublinhar aqueles onde as dívidas ativas apareciam como elemento mais importante chegando a alcançar posições acima de 20% da riqueza, sendo de origem as mais diversas, o que lhe permitiu determinar a dimensão das fortunas dos homens de negócios. Isso alerta para o fato de que o crédito era essencial na vida desses negociantes, devido à natureza de sua atividade. Elas se compunham, além de créditos comerciais, de vendas a prazo, comissões e saldos de contas correntes com sócios, também de fretes, empréstimos (com ou sem juros), pagamentos do Real Erário por ordenados, ou fornecimento de bens e serviços, contando ainda com rendas de casas, lojas, armazéns e outros bens imóveis. Em segundo lugar vem os bens de raiz (urbanos ou rústicos) com 20% dos bens para a formação das fortunas mercantis. Dinheiro, apólices e títulos representavam outros 20%, sendo o restante do patrimônio completado por mercadorias e gêneros depositados nas alfândegas e armazéns⁴⁹. Para esta composição Pedreira caracteriza dessa maneira estas fortunas:

Por maior que fosse a parte correspondente ao imobiliário, ao numerário e às aplicações financeiras, e eram sem dívida significativa, eram os cabedais empatados no negócio que determinavam, em última instância, o montante dos patrimônios, tanto mais que algumas dessas aplicações, designadamente os títulos das companhias, formavam parte do capital mercantil.⁵⁰

Para modelar a hierarquia interna do grupo de comerciantes, os elementos do capital mercantil são utilizados para graduar a capacidade econômica de tais negociantes. Os bens de raiz, por exemplo, tem participação reduzida nas fortunas acima da média – 15% e nas camadas inferiores chegam a 20-25%. Ao contrário, a participação na composição da fortuna com relação a dinheiro, apólices e ações e ‘das existências em armazéns’ é maior nos fundos de negociantes mais ricos. Jóias, artigos domésticos e de uso pessoal têm participação mais elevada entre os negociantes menos ricos. O que se percebe é que o status obtido pela ostentação, necessário para inserção

⁴⁸ PEDREIRA, J. M. Viana. op cit p. 305.

⁴⁹ PEDREIRA, J. M. V. op cit. p. 306-308.

⁵⁰ Idem, ibidem. p. 307.

numa sociedade de Corte, era o que diferenciava principalmente esses dois grupos. O que vai onerar significativamente os bolsos dos comerciantes desta praça é a compra de residências em Lisboa ou quintas de recreio nos arredores da cidade. Conforme destaca Jorge Pedreira,

para a maioria, manter uma casa nobre em Lisboa e uma Quinta nos arredores condignamente decoradas, fazer-se transportar numa sege com um aparelha de machos – como muitos faziam – e empregar três ou quatro criados, era suficiente para marcar sua posição social”.⁵¹

É importante destacar que muitos eram os comerciantes que possuíam casa própria, embora houvesse os que preferiam viver em casas alugadas. O mais comum era que estes homens e suas famílias habitassem prédios de pouco valor, ocupando somente um ou dois pisos, alugando o restante para lojas, armazéns ou habitações, obtendo desta forma um bom rendimento. Estes homens necessitavam da distinção social para caracterizar a sua posição de homens ricos na sociedade em que estavam inseridos. Para isto, cuidavam muito das aparências para receber visitas que pudessem perceber a sua ostentação, uma vez que freqüentassem o interior de suas casas. Segundo ele, excetuando a aristocracia da Corte “*eram raras as fortunas que podiam rivalizar com as dos homens de negócio, mesmo dos que não se destacavam dos escalões intermediários do corpo de comércio*”.⁵² Esta riqueza demonstrada por Pedreira para os comerciantes portugueses da praça de Lisboa não era estendida aos estrangeiros que ali se estabeleciam e num estudo comparativo com outras localidades demonstra o elevado índice de riqueza dos comerciantes lisboetas, (excetuando Londres). A fortuna desta categoria social estudada por Pedreira atinge níveis semelhantes ou superiores aos de outros grandes portos de comércio internacional. Estes comerciantes, então, tinham na riqueza (que era estupenda se comparada aos demais estratos sociais) uma de suas características. O que caracterizava os interesses destes comerciantes era que não se limitavam em nenhuma especialidade de negócio, exercendo variadas atividades como comércio, navegação, seguros, crédito, manufaturas, bens de raiz, arrematação de contratos, monopólios régios, arrendamento de comendas e propriedades, ações de companhias e títulos da dívida pública. Os contratadores, que pertenciam ao topo da hierarquia da praça de Lisboa, empatavam grandes somas num único negócio, mas até os grandes capitalistas, que também são comerciantes, privilegiando o comércio do dinheiro, em outras palavras, usurários, mantinham outras operações no comércio, nos seguros, etc. Os maiores destes capitalistas, principalmente os contratadores do tabaco⁵³, apesar de usufruírem os altíssimos lucros dos contratos obtidos, não abriam mão de uma diversidade de transações comerciais e financeiras. Era também muito rara a concentração das atividades comerciais de um único gênero. O mais comum era a diversificação, tanto para dispersar os riscos como para aproveitar as oportunidades dos mercados. Portanto, o negociante típico não era o especialista mas sim o que tinha variados interesses e trabalhava com as mais variadas mercadorias de qualidades e procedências também diversas. Para resguardar seu patrimônio dos riscos apresentados pelos negócios, comerciantes preferiam aplicações que lhes garantissem a ‘*preservação de seus capitais e lhes promettessem um rendimento estável*’.⁵⁴ Por isso, aplicavam parte

⁵¹ Idem, ibidem. p. 317.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Sobre os contratadores do tabaco, conferir MÔNICA, Maria Filomena. **Negócios e Política: os tabacos (1800/1890)**. Análise Social, vol. XXVII, 1992 (20 e 3o). 461-479.

⁵⁴ PEDREIRA, J. V. op cit. p. 321.

de seus recursos em bens de raiz e títulos diversos e esta preocupação não comprometia a circulação comercial de forma significativa.

Já no trabalho de Zélia M. Cardoso de Mello, para São Paulo do meados do XIX, os ativos encontrados correspondem a casas, terrenos, terras, animais de tiro, animais de criação, escravos, utensílios e máquinas, ferramentas, móveis, dinheiro, plantações, ações, estoques, dívidas ativas, outros e dívidas passivas. Seu universo de análise não se restringe a uma determinada categoria social, mas sim a todas as categorias sociais componentes da sociedade que ela estudou e que apareceram nos inventários por ela analisados. Num primeiro momento a autora busca traçar um histórico da região estudada caracterizando suas origens e geografia do local. Num seguimento temporal, ela utiliza o trabalho de Alcântara Machado⁵⁵. Ao estudar São Paulo, ele relata a pobreza colonial paulista dos anos seiscentos. Segundo ele, é espantoso que se fizesse inventário judicial já que não existiam grandes fortunas e que *“contam-se pelos dedos os espólios em que aparecem alguns tostões de prata ou alguma moeda de ouro (...) os colonos voltam ao sistema pré-histórico dos escambos in natura, dos pagamentos em espécie”*.⁵⁶ Somente nas vizinhanças do século XVIII é que a riqueza se manifesta entre os paulistas. Neste trabalho Zélia Maria identifica a formação da colonização brasileira, chegando ao povoamento de São Paulo e a pobreza que esta demonstrava. Ela afirma que *“No início do século XVII, os inventários começam a indicar maiores fortunas nas quais se registram ‘as peças de serviço’, índios apresados nas entradas e bandeiras”*.⁵⁷ Apesar disto, não é uma característica da sociedade paulista do período a presença de grandes fortunas:

*Antes, o que se vê é o retrato da pobreza, que começa a diminuir quando se inicia a atividade mineira. Nos primórdios da ocupação e povoamento predominam os bens para auto consumo, economia não monetizada, presença de escambo; maior circulação monetária se percebe a partir dos últimos anos do século XVII. Até o meio deste século, os imóveis representavam pouco na riqueza, situação esta modificada posteriormente. Os emprestadores tinham papel importante na economia e registram-se nos inventários ‘negros e mulatos da terra’.*⁵⁸

No século XVIII, em um estudo sobre a economia paulista, Alice Canabrava aponta para o fato de *“como é impressionante o número de pessoas que nada possuem”*.⁵⁹ O fato que marcaria a fase de decadência paulista seria o advento do “Caminho Novo”, por volta de 1733, que ligaria a região mineradora ao porto do Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata mineira. Continuamos então detectando a pobreza paulista como no estudo citado anteriormente. Para Alice Canabrava, a riqueza paulista teria sido impulsionada num primeiro momento pelo abastecimento das Minas Gerais, atividade esta que cabia a São Paulo e Bahia. Mas, a abertura do Caminho Novo ligando o Rio de Janeiro às Minas num tempo relativamente menor fez com que tal atividade entrasse em decadência, recuperando-se somente com o descobrimento de ouro em Mato Grosso e Goiás, sendo este o fator que impediu a decadência da economia paulista neste momento. A riqueza paulista tinha como categoria social principal à dos homens

⁵⁵ ALCÂNTARA MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante**. 2a edição, São Paulo, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”, 1930.

⁵⁶ Idem P. 19.

⁵⁷ CARDOSO DE MELLO, Zélia M. op cit p. 42.

⁵⁸ Idem, ibdem.

⁵⁹ CANABRAVA, Alice P. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67* In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, out/dez 1972, p. 102.

de negócio e de mercadores. No governo do Morgado de Mateus, a agricultura de subsistência, o comércio de gado mear e as monções eram as principais atividades dos paulistas. Outros ativos formadores da riqueza seriam os imóveis com pouca importância relativa e os escravos, que se encontravam entre os bens mais valiosos, ligados também à atividade mineradora. Esta atividade irá fazer com que a presença do negro aumente cada vez mais em São Paulo, substituindo assim o trabalho do indígena⁶⁰. Zélia Cardoso de Mello ressalta que foi com o café que São Paulo se integrou na vida econômica nacional. Seu estudo contrasta, portanto, a grande riqueza paulista observada na segunda metade do século XIX com a penúria identificada nos estudos sobre períodos anteriores. Esse esforço de periodização procura destacar a especificidade da cafeicultura paulista como atividade acumuladora de capital. Sua questão principal é analisar as transformações na riqueza a partir da crise do escravismo, através da mudança no peso relativo dos diferentes tipos de ativos ao longo do tempo. Partindo de questionamentos relacionados com as formas de riqueza e as mudanças ocorridas nestas, o interesse principal é o de perceber a alteração do peso relativo dos bens no conjunto da riqueza, procurando apreender também o momento em que surgiram novas formas de riqueza.

Ao contrário do que se percebe por estudos de períodos anteriores, quando a sociedade paulista vivia basicamente de agricultura de subsistência sem participar do grande comércio colonial, com a mineração, a região passa a exercer atividade comercial de abastecimento das Minas, proporcionando maior circulação monetária, o que fez com que começasse a ocorrer o processo de acumulação de riqueza. Na origem desta acumulação estavam os mercadores e homens de negócios que reverteriam seus capitais posteriormente para a lavoura açucareira e cafeeira. O escravo já era então um ativo com importante participação no montante da riqueza. As ações apontavam para a existência de dinheiro suficiente para, quando convertidos neste tipo de ativo, gerarem investimentos em novos empreendimentos. Também a presença de dinheiro e dívidas ativas indicava a capacidade financeira de alguns homens desta economia: “*Mesmo com o sistema creditício pouco desenvolvido, havia circuitos monetários alternativos que impediam a falta de liquidez.*”⁶¹

Utilizando-se de 746 inventários *post mortem*, Zélia Maria Cardoso de Melo caracteriza num primeiro momento esses indivíduos que foram inventariados quanto ao seu estado civil, naturalidade, residência e atividade. Em seguida ela vai traçar um perfil destes proprietários, donde ela apreende os percentuais para o estado civil, naturalidade, residência e atividade, para iniciar a caracterização do grupo sócioeconômico. O problema que impossibilita a autora de classificar este grupo por faixas de riqueza (forma quantitativa) é explicado por estar tratando de uma série de tempo longa, utilizando-se de valores nominais, o que poderia acarretar em variações muito grandes no decorrer dos anos. Além disto, a pesquisa em inventários é aleatória, o que pode trazer alguns anos em que só faleceram pessoas ricas, ou o contrário. A outra forma de classificação que também não pode ser utilizada seria a qualitativa, ou seja, por atividades declaradas, o que seria problemático devido à falta de informações sobre tais atividades e também pela deficiência de precisar algumas categorias, ou ainda, de como agrupá-las. A solução encontrada foi delinear todo o grupo pesquisado e analisar conjuntamente suas atividades e residências, caracterizando de forma a identificar as atividades tipicamente urbanas ou não.⁶² Entre as atividades tipicamente urbanas as que

⁶⁰ Sobre escravidão indígena em São Paulo, conferir o trabalho de MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

⁶¹ CARDOSO DE MELLO, Z. M. op cit. p. 150.

⁶² Idem p. 69.

terão maior destaque serão ligadas ao comércio. Estas são as mais variadas, incluindo donos de lojas, de mercadorias as mais variadas. Também aparecem os funcionários públicos, empregados, profissionais liberais, evidenciando a ampla variedade de atividades urbanas. Para as atividades rurais são os lavradores que surgem como principal atividade, possivelmente ligados à rede de abastecimento da cidade. A parte seguinte do trabalho de Zélia Maria Cardoso de Mello vai esmiuçar os ativos, começando por uma rápida explicação de sua metodologia que nos ateremos mais adiante em nosso trabalho. Os ativos por ela encontrados foram casas, terrenos, terras, animais de tiro, animais de criação, escravos, utensílios e máquinas, ferramentas, móveis, dinheiro, plantações, ações, estoques, dívidas ativas, outros e dívidas passivas. Deste grupo ela agregou alguns ativos da seguinte forma: 1) Imóveis (casas, terrenos e terras; 2) Animais; 3) Escravos; 4) Utensílios e máquinas, ferramentas, móveis e estoques; 5) Valores mobiliários (ações e dinheiro); 6) Plantações; 7) Outros; 8) Dívidas ativas e passivas. Isso foi feito para auxiliar na caracterização dos indivíduos segundo suas atividades urbanas ou rurais, o que seria cruzado com os informes sobre suas residências. As primeiras informações sobre estes ativos nos dão conta da alta participação do escravo no montante da riqueza pessoal. Ao declínio deste ativo aumenta a participação da propriedade imobiliária. Também os valores mobiliários, principalmente as ações, sofreram um aumento em sua participação no total da riqueza. Isso ocorre como reflexo das mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX. Para exemplificar este fato a autora diz que:

Entre 1868 e 1880 foram fundadas 26 sociedades por ações; entre elas, quatro estradas de ferro, cinco empresas de serviços urbanos e dois bancos, criadas para atender as demandas de uma economia em contínuo crescimento e diferenciação.⁶³

Também ocorreram melhorias como a iluminação a gás, abastecimento de água, bondes, matadouro, mercado, etc. Além disto, casas comerciais, bancos, profissões liberais evidenciavam a grande diversificação da economia neste período. De acordo com esse desenvolvimento, cresce a participação das ações no montante da riqueza. Nos anos 70 eram 44, na década de 80, registravam-se 83 e no período de 1890 a 1895 somavam 148. O ativo dinheiro também assume papel importante, principalmente na forma de contas bancárias e letra bancárias. As dívidas ativas têm também um elevado percentual, aparecendo inclusive como atividade de alguns indivíduos, emprestadores pessoais, sob a denominação de capitalistas somente ou capitalistas e proprietários, pessoas que viviam de emprestar a juros ou que tinham esta atividade além de outras, sendo que os proprietários viviam de alugueis de imóveis urbanos. Esta alta participação das dívidas ativas pode ser relacionada à falta de um sistema de crédito e financeiro mais amplo na época. Os animais vão ter pouca participação no montante da riqueza, devido principalmente aos seus baixos preços, tendo sua importância relacionada ao transporte de mercadorias. Também de pequena importância na riqueza analisada estão os móveis, ferramentas, estoques, outros, máquinas e plantações. Na análise da participação dos ativos no montante da riqueza, Zélia Maria estabelece a seguinte hierarquia quanto à importância dos bens em relação ao total da riqueza até 1850, obedecendo ordem decrescente: 1) escravos; 2) dívidas ativas; 3) imóveis.

Entre os mais ricos predominavam os escravos e, para os médios e pequenos ricos, imóveis e dívidas ativas respectivamente. No período seguinte, 1861/71, observa-se uma pequena mudança de colocação na hierarquia apresentada: as dívidas irão

⁶³ Idem, p. 87.

predominar juntamente com os imóveis, tendo o item escravos sua primeira queda (cai de 27,55% no período anterior para 18,94%). Nos anos 70 entre os bens que representam a maior parcela de riqueza, destacam-se os valores mobiliários e os imóveis e dívidas ativas nestas posições. As ações são a maior expressão dos valores mobiliários. De 1881/87 houve o predomínio dos imóveis, dívidas ativas e valores mobiliários, ocorrendo uma intensa expansão urbana, o que valorizou os imóveis.⁶⁴ O item escravo já não aparece como ativo importante na participação do total da riqueza. No último período analisado, 1888/1895, os itens mais importantes são os imóveis, valores mobiliários e dívidas ativas. Para concluir, a autora ressalta que:

Os movimentos por nós detectados – o declínio dos escravos vis-à-vis o aumento dos imóveis, o aparecimento de formas avançadas de riqueza, especificamente as ações e secundariamente as contas e letras bancárias, o declínio dos animais e a presença constante das dívidas ativas constituem indicadores, no nível dos elementos constitutivos da riqueza pessoal, das transformações processadas nos cinquenta últimos anos do século passado, e portanto ligadas à expansão da economia cafeeira em São Paulo. Entende-se aqui a mudança dos ativos como reflexo dos movimentos da sociedade da qual seus possuidores fazem parte. Permite, também, anunciar um caminho a respeito do processo de enriquecimento.⁶⁵

Fica claro que a riqueza paulista do século XIX em sua segunda metade estava baseada na riqueza escravista, segundo a qual a terra tem seu valor atrelado ao trabalho e a presença, portanto, dos escravos para trabalhá-la. Esta sociedade não possuía um sistema bancário desenvolvido e a valorização da terra está ligada a transição para o trabalho livre. As ferrovias irão levar o homem a ocupar novas terras, expandindo, desta forma, o café territorialmente, obra do capital cafeeiro. Paralelamente a isto, desenvolveram-se outras formas de riqueza como os valores mobiliários, denotando a força do processo de urbanização e uma crescente complexidade da economia. Como não havia um desenvolvimento eficaz do sistema de crédito através de bancos, os itens dívidas ativas e dinheiro vão demonstrar que não havia falta de liquidez, atuando como circuitos alternativos. O ativo escravo perde sua importância na participação do total da riqueza já a partir dos anos 70, cedendo lugar para valores mobiliários, imóveis e dívidas, nessa ordem de importância, demonstrando que desde cedo os paulistas iniciaram uma diversificação na aplicação das suas fortunas, iniciando com isso a transição para o trabalho livre e, conseqüentemente, gerando a perda de valor do ativo escravo no mercado.

Ao estudar Lorena no século XIX, Renato Leite Marcondes centraliza seus estudos, no capítulo 5, principalmente, para entender a composição da riqueza dos indivíduos. Nesse trabalho ele analisa os patrimônios acumulados pelos indivíduos no fim de suas vidas, de acordo com faixa etária, atividade e propriedade cativa. O primeiro ponto a ser evidenciado é a elevada desigualdade na distribuição da riqueza. De 186 indivíduos analisados, 31 concentravam em suas mãos a maior parcela da riqueza (estes possuíam mais de 2.000 libras em seus inventários), o que quer dizer que 16,7% dos inventariados detinham 89,5% do montante.⁶⁶ Nesta análise foram excluídos dois inventariados: um com fortuna superior a 400.000 libras e outro a 60.000 libras, que foram analisados separadamente. Segundo este autor, a riqueza está diretamente relacionada ao número de escravos possuídos, o que não significa que o ativo escravo

⁶⁴ Idem, p. 96-98.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 99.

⁶⁶ MARCONDES, Renato Leite. op cit.

será o de maior proporção relativo no montante, devido à queda em seus preços (a relação é feita com base no número de escravos e não no valor desses), tendo este ativo um crescimento diferenciado também nas médias de posse de cativos nas três faixas de riqueza estabelecidas por este autor – a saber: menor de 500, de 500 a 1.999 e acima de 2.000 libras – com a participação de 3,8% na menor faixa, com crescimento relativo de 44,9% na maior faixa de riqueza.⁶⁷ O grupo composto pelos 31 mais ricos possuía 60,6% dos escravos e 90,0% da riqueza, entre os que detinham escravos em seu patrimônio. Por outro lado, os que possuíam patrimônio inferior a 500 libras, menor faixa, detinham 10,5% da escravaria e 1,8% da riqueza total entre os escravistas. A distribuição de cativos, portanto, não acompanha a distribuição da riqueza, visto que os mais ricos possuem mais outros tipos de riqueza do que escravos proporcionalmente, e os outros detinham menos fortuna que propriedade cativa, centralizando, obviamente, nos escravistas. Os principais ativos da riqueza inventariada por Renato Marcondes são as dívidas, os escravos e imóveis. De 1830/1879, as dívidas ativas correspondiam a 67,6% do total da riqueza, ficando 5,2% para as dívidas passivas no mesmo período. Os escravos corresponderam a 13,8% do total da riqueza e os imóveis respondiam por 14,7% deste total. As dívidas comandam o grupo a partir de 1850. De 1830/1849 os escravos participavam com 27,8% e os imóveis com 31,1% do montante. Estes dois ativos tiveram seu decréscimo acelerado no final do período, ficando os imóveis com 11,2% e os escravos com 9,2% e, para esse mesmo período, as dívidas ocuparam o lugar principal no monte total da fortuna pesquisada, corroborando o resultado obtido por Zélia Cardoso para São Paulo no mesmo período.⁶⁸ Os indivíduos mais ricos (acima de 2.000 libras) controlavam as dívidas ativas quase que em sua totalidade: 98,0%, sendo este item também o principal na composição das fortunas inseridas nesta faixa. Portanto, 87,2% da riqueza bruta encontrava-se nas mãos das pessoas mais opulentas, ficando 9,8% para a segunda faixa e os menos ricos com 3,0%. Quanto à atividade no momento do inventário, coube aos cafeicultores a posse maior de cativos, com 72,6% do total da escravaria possuída e o número de pessoas deste grupo passou de 65 para 86. Estes mantinham a maior parcela da riqueza entre os agricultores. Os que trabalhavam com café e cana participavam na média com posse de escravos e patrimônio e, para os que viviam de derivados de cana somente passou de 17 para 41 entre 1829 e 1879. Os agricultores alcançaram uma participação no total de inventariados que elevou-se de 70,4% para 84,0%. Os indivíduos selecionados, que não exerciam atividades rurais e tinham como atividade principal serem lojistas de fazendas secas ou usurários, possuíam a maior riqueza média entre o meio urbano, sendo que os demais tiveram riqueza média pequena (entre eles tropeiros, taberneiros, negociantes, ferreiros, eclesiásticos e músico). Renato Marcondes percebeu que:

Os cafeicultores de 1829 que mantiveram essa ocupação em 1830/7 apresentaram uma riqueza média superior à dos que abandonaram a rubiácea entre os dois momentos. A maioria destas últimas pessoas passaram a atuar como produtores de derivados de cana (83,3%).⁶⁹

Portanto, continuou, nas mãos dos cafeicultores, a principal parcela da riqueza em Lorena. A maior parcela da riqueza total dos indivíduos pesquisados estava com os cafeicultores, lojistas de fazendas secas e usurários (92,5%), juntamente com os produtores de derivados de cana, envolvendo pessoas com riqueza significativa que mantinham 94,2% da posse de cativos. Podemos resumir algumas conclusões do autor.

⁶⁷ Idem. p. 170.

⁶⁸ Idem p. 171. E ver também: CARDOSO DE MELLO, Zélia M. op. cit. p. 138.

⁶⁹ MARCONDES, Renato L. op cit p. 175.

1º) a fortuna encontrava-se em intensa desigualdade; 2º) a faixa etária e a posse de cativos em 1829 foram relevantes para os níveis de riqueza atingida pelos indivíduos; 3º) fora as pessoas que receberam heranças ou dotes, dificilmente um pequeno possuidor de escravos conseguiria alcançar o status de grande proprietário, demonstrando pouca mobilidade permitida por este meio social; 4º) a cafeicultura e a produção de derivados de cana foram dois importantes meios de acumulação de riqueza e de escravos; 5º) os que se ocuparam do cultivo da cana apresentaram altas fortunas acumuladas, mas inferiores aos cafeicultores em geral; 6º) comerciantes de fazendas secas favoreceram-se da economia cafeeira, alcançando também expressiva fortuna.

João Fragoso, a partir do trabalho com inventários em *“Homens de Grossa Aventura”*, entre outras conclusões, trata de ressaltar a tendência do grande negociante em acentuar suas atividades. Tendo como principal alvo à metamorfose desses negociantes e de suas riquezas, o autor corroborou com a tese de que a origem das grandes famílias da aristocracia cafeeira estava no comércio. Nessa origem, encontrou negociantes das praças do Rio de Janeiro e Minas Gerais, não só ligados a agroexportação, mas também ao abastecimento interno. Para ele, a conversão de acumulação mercantil em fazendas confirma uma sociedade baseada no prestígio social, onde as relações de poder tomam o lugar das relações de produção. Terras e escravos sugeriam um investimento seguro, uma opção por produtos de exportação os quais tinham melhores preços que os de mercado interno. Também a concentração de renda foi por ele detectada, e, segundo esse autor:

há uma brutal desigualdade na distribuição da riqueza (...) onde 44% dos inventários detêm menos de 4% das fortunas levantadas. Ao mesmo tempo, mais de 60% dos montes-brutos retidos por 9,1% a 14% dos inventariados (...) que controlam sempre mais de 40% dos principais setores da economia (rural e comércio/usura), percentual esse que pode chegar a 95%, como é o caso das dívidas ativas.⁷⁰

Kátia Mattoso trata o tema em questão em um capítulo de seu clássico livro sobre a Bahia do século XIX. A autora utilizou inventários *post mortem* para demonstrar a riqueza baiana desse período. Ao classificar tal riqueza, ela diz que *“numa cidade onde a maioria vivia na penúria, algumas centenas de mil réis no bolso já era riqueza (...) na Bahia, a posse de qualquer bem configurava fortuna”*.⁷¹ No topo da pirâmide de fortunas estavam os negociantes e, no mais baixo nível, os marítimos e pescadores⁷². Diferentemente do que encontramos na coleta de dados através dos quais se verifica que, no período inicial, o ativo mais importante era o escravo, Kátia Mattoso indica os imóveis urbanos para esse papel na Bahia do XIX, num conjunto de fortunas, segundo ela, muito diversificadas e, onde ser rico era *“nascer branco, descendente de português, com dedicação à produção e exportação de açúcar”*.⁷³ É importante destacar que a Bahia no trabalho de Kátia Mattoso limita-se quase que exclusivamente à cidade do Salvador.

Feita essa pequena revisão na historiografia específica acerca do tema e por nós selecionada, tentaremos demonstrar os resultados encontrados em nossa pesquisa. Na tabela abaixo vemos o recorte cronológico da pesquisa no que diz respeito à Juiz de Fora.

⁷⁰ FRAGOSO, João L. Ribeiro. op cit p. 368.

⁷¹ Idem, p. 608.

⁷² Idem, p. 616.

⁷³ Idem, p. 647.

Tabela 2: Participação relativa dos ativos – 1870/1888

Ativos	Média 1870/1879
Escravos	32,68
Terras	17,70
Café	16,65
Dívida Ativa	11,76
Casas	6,01
Títulos	4,50
Benfeitorias	2,76
Animais	2,64
Objetos	2,32
Ações	1,93
Alimentos	0,77
Terrenos	0,18
Total	100

Fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Podemos perceber como a riqueza da região estava diretamente relacionada à produção cafeeira. Assim, dentre os 183 inventários pesquisados, os **escravos** se constituíam na principal riqueza do período com 32,68% de participação no total. Tal dado reforça a importância da mão-de-obra escrava para a região bem como dos demais ativos diretamente ligados à produção cafeeira como **terras** e **café** que contribuem neste recorte cronológico com respectivamente 17,70% e 16,65% do total da riqueza acumulada em vida pelos agentes. Assim, cerca de 67% da riqueza estava *diretamente* ligada ao núcleo agro-exportador, se constituindo na grande riqueza da região. Chama atenção no caso as **Dívidas Ativas** com a ‘marca’ de 11,76%. Se por um lado as dívidas podem demonstrar uma baixa monetização da economia local, o fato de que estas, em sua maioria, ficavam nas mãos dos grandes fazendeiros, demonstra uma grande capacidade destes agentes em ‘alavancar’ o crescimento da região com uma oferta de crédito que vai se desdobrar em um aparelhamento bancário-industrial no período posterior à abolição da escravidão.⁷⁴

Na distribuição da riqueza ano/ano, podemos perceber a grande concentração de riqueza da região. Em 1870, de um total de 16 inventários, apenas 04 inventariados detêm 87,48% da riqueza do ano. Desses, o primeiro tem seu Monte mor em 841:244\$332, representando 26,62% da riqueza do ano, pertencente ao Tenente Coronel Francisco de Assis Alves.⁷⁵ Esse tinha a parte mais valiosa de sua riqueza composta pela soma do valor dos cafezais: 286:163\$333. Sozinho, esse ativo representa 9,05% da riqueza do ano e 34,01% do total da riqueza do Tenente. Outro ativo significativo em sua fortuna era os escravos com valor de 210:200\$000 (duzentos de dez contos e duzentos mil réis), somando 262 cativos. Suas propriedades rurais eram muitas, num total de 1.317 alqueires de terras, o que fez com que Francisco de Assis Alves ocupasse a posição de maior proprietário de terras de nossa mostra nesse período. Entre as suas propriedades estão as fazendas da Piedade e a São Roberto, num total de 274:672\$499, somente nesse ativo (terras, benfeitorias e casas), o que corresponde a 32,65% do total

⁷⁴ PIRES, Anderson. op cit.

⁷⁵ inventário de número 456, sob a custódia do AHUFJF.

de sua riqueza e, 8,69% do total da riqueza anual. Dos quatro inventariados, os outros três representam respectivamente 18,49%, 15,5% e 13,55% do total do montante da riqueza. Restando 395:898\$237 contos de réis para os outros inventariados deste ano, que somados significam 12,52% da riqueza do ano de 1870, menos do que o Tenente Francisco possui somente em terras.

A Baronesa de Sant'Anna, falecida também em 1870⁷⁶, deixou os seus bens para o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, seu filho, grande empreendedor de Juiz de Fora, celebrizado principalmente pela construção da rodovia União-Indústria, em 1861. Seu inventário correspondia a 18,49% do total da riqueza anual, possuindo um Monte Mor igual a 584:702\$727, tendo como ativo principal as propriedades rurais que somadas representavam 214:600\$000, ou 7,23% da riqueza do ano de 1870, correspondendo a 39,09% de sua riqueza. Ela possuía 235 escravos, que valiam 206:300\$000. Além de 62 ações da Cia. União Indústria no valor de 15:500\$000.

O ano de 1875 contém o mais rico inventário coletado nesse primeiro subperíodo. Sob o número 629, caixa 79b, encontram-se os bens deixados por D. Maria da Conceição Monteiro da Silva, Baronesa de Três Ilhas, esposa do Barão das Três Ilhas, José Bernardino de Barros. Seu Monte Mor é de 1:298:121\$600, ou seja, superior a vários totais de riqueza anuais, de anos do mesmo período. O casal vivia no meio rural, mais precisamente na fazenda da Boa Esperança, em Vargem Grande. Seus 265 escravos valiam 521:800\$000, assumindo dessa forma um percentual de 40,19% de sua riqueza e 17,70% da riqueza desse ano. O total de terras indicava um produtor com 470 alqueires (pequeno se comparado ao Ten. Coronel Francisco Alves de Assis, que possuía 1.317 alqueires), onde se encontravam plantados os seus 726 mil pés de café, que totalizavam 339:000\$000.

Podemos concluir, percebendo à semelhança de outras regiões do Brasil, que Juiz de Fora mantinha uma estrutura econômica baseada na agroexportação, estrutura essa que, herdada desde a época da colônia, mantinha estreitos limites para que os agentes do período pudessem se inserir. Ao mesmo tempo a posse de cativos permaneceu estranhamente 'normal' dentro de uma época de turbulências, o que indica a necessidade de estudos que ampliem as relações de poder estabelecidas por um pequeno grupo mas extremamente poderoso na capacidade de reproduzir as relações de dominação. Esses fazendeiros mantiveram a posse de escravos até às vésperas da abolição. Também percebemos que o café foi a alavanca para o desenvolvimento e diversificação econômica da região, muitas vezes na figura do mesmo cafeicultor/empreendedor, ou seja, a cidade conseguiu estabelecer uma ligação entre o capital cafeeiro e os requisitos próprios de uma urbanização (desde transportes até o incremento da vida cultural, passando pelo próprio desenvolvimento industrial), sendo que a atuação dos grandes cafeicultores foi essencial para incentivar este crescimento.

No que diz respeito à Cachoeira, temos um universo de 60 inventários *post mortem* referentes ao período analisado neste artigo. Tentaremos a seguir demonstrar como se comportou os ativos componentes da fortuna privada.⁷⁷

⁷⁶ inventário de número 475, sob a custódia do AHUFJF.

⁷⁷ A pesquisa encontra-se ainda em desenvolvimento, e a região pesquisada até o momento foi em sua maioria urbana, portanto, os dados aqui apresentados podem sofrer alterações.

Tabela 3: Participação relativa dos ativos 1870/1879

Ativos	Média 1870/1879
Casas	25,1%
Escravos	21,9%
Benfeitorias	13,1%
Terras	9,5%
Animais	8,8%
Títulos	6,5%
Ações	6,4%
Dívida Ativa	6,4%
Objetos	2,5%
Cana-de-açúcar	0,8%
Alimentos	0,8%
Terrenos	0,6%
Fumo	0,35%
Total	100%

Fonte: inventários *post mortem* – Arquivo Municipal da Cachoeira

Os pertences das pessoas caracterizam, em grande medida, o tipo de vida que elas possuíam, além é claro, de versar sobre o seu universo social, permitindo analisar qual sua atividade social. Desta forma, apontaremos se sua profissão foi responsável pelo seu acúmulo de riqueza ou a sua bancarrota. Além disso, o passar dos anos refletem as marcas de seus antepassados como denotou, com clareza, a economista Zélia Maria Cardoso de Mello:

A fortuna reflete a formação e acumulação de capital no curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas. É o resultado da atividade durante sua vida e de seus antepassados. Cada inventário contém gama enorme de notícias sobre a vida do indivíduo. Estudá-lo, significa conhecer cada pessoa em sua intimidade: como morava, os seus móveis, os livros e objetos de arte que por ventura possuísse, como se apresentava sua casa. Os bens imóveis permitem precisar a diferença social no interior das sociedades, quais indivíduos possuem os mais confortáveis, mais ricos. Os bens imóveis, mais permanentes, indicam as possibilidades de rendimento; avaliados no local onde se situam, além de permitir a localização espacial da riqueza dos indivíduos, nos informam se suas receitas provêm da exploração agrícola – no caso de propriedades predominantemente rurais, se de aluguéis – quando urbanas - ou as duas coisas. Os valores mobiliários refletem a atividade dos indivíduos à inovação econômica, além de constituírem indicador da maior ou menor complexidade da economia.⁷⁸

Notamos que a riqueza no Recôncavo da Bahia estava, apesar de uma concentração em determinados ativos, bastante diversificada. A maior parte da riqueza inventariada neste momento esteve acumulada sobre a forma de casas (25,1%). Os escravos vêm logo atrás (21,9%). Estas informações refletem uma característica importante do Recôncavo: os núcleos urbanos tendiam a valorizar o valor dos imóveis. Por outro lado, o elevado número de escravos denota a importância ainda viva da produção para o mercado externo. O que, obviamente, também está ligado a uma trajetória muito mais ‘longa’ de colonização e povoamento, vindo desde o século XVI.

⁷⁸ MELLO, Zélia Cardoso de. **Metamorfose da Riqueza, São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura do Município de São Paulo/ Secretaria Municipal da Cultura, 1985. p.28.

Vejamus um exemplo: no ano de 1871 temos o inventário do Comendador Egas Muniz Barreto de Aragão. Senhor de engenho, possuidor de 367 escravos, suas atividades se concentravam principalmente no cultivo da cana-de-açúcar. Este mesmo proprietário tinha 234 tarefas de canas plantadas (corte, rego, novas e socas). Esta produção foi inventariada por 8:970\$080.⁷⁹ Desta maneira, vemos que a produção em larga escala também se mantinha com alguma vultuosidade.

Notamos ainda que as benfeitorias, terceiro maior ativo (13,1%), reforçam a faceta agrícola da região. É importante salientarmos que apesar da maioria dos inventários analisados terem sido de moradores do núcleo urbano, as terras representam 9,5% dos ativos. Os animais, 8,8% da riqueza contabilizada, atestam a importância da pecuária, sobretudo, para o abastecimento regional.

Além desses, outros ativos aparecem nos inventários *post-mortem*. Os títulos, as dívidas ativas e as ações seguem respectivamente os ativos de maior montante, perfazendo cerca de 6% cada um. As dívidas são, em sua maioria, listas de devedores dos comerciantes. As ações se referem principalmente ao Banco da Bahia e à Casa de Comércio, ambos situados em Salvador.

Ademais, podemos dizer que as fortunas na *hinterlândia* de Salvador estão atreladas ao comércio e a produção de seus principais produtos, sendo rara a abertura de um inventário em que não constem escravos, sobretudo antes de 1870.

Em nossa conclusão podemos destacar que ambas as regiões aqui tratadas possuíam um forte produção agrícola. No caso de Cachoeira, percebemos uma maior diversificação, o que pode ser notado pela importância do ativo *casas*, denotando a importância que o centro urbano significava para esta cidade. Para Juiz de Fora, baseada na produção cafeeira de exportação, o ativo escravo irá se destacar dentre os demais, posto que as unidades produtoras de café necessitavam de grandes quantidades de mão-de-obra cativa. A presença da produção fumageira e do comércio no Recôncavo da Bahia podem significar um peso que diminui a presença escrava nos inventários pesquisados, o que de maneira alguma diminui o grande número de cativos utilizados nas plantações de cana na região, embora possa representar um alibi para que os demais ativos que compõem a riqueza dos indivíduos assumam peso também significativo em nossa mostra. As duas regiões apontam a presença da necessidade do crédito, feito principalmente por particulares e presente nas dívidas ativas constantes dos inventários e das ações de empresas incorporadas em sociedades anônimas. A diferença neste ativo é que em Juiz de Fora estas empresas são principalmente as locais, sediadas na própria cidade, enquanto as de Cachoeira se localizam principalmente em Salvador. Isso pode significar uma certa concentração de investimentos na cidade de Juiz de Fora por parte dos membros desta sociedade, enquanto que no Recôncavo baiano pode ter ocorrido um certo grau de escoamento de investimentos para a capital da Província, a cidade do Salvador. É importante destacar que os estudos sobre a riqueza no Recôncavo ainda estão em andamento, podendo apresentar modificações em sua estrutura, principalmente se ampliarmos o período analisado.

Bibliografia:

- ALCÂNTARA MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante**. 2a edição, São Paulo, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”, 1930.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações ocorridas na riqueza pessoal em Juiz de Fora 1870/1914**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2001.

⁷⁹ Arquivo Municipal da Cachoeira. Inventário nº 1544, caixa 158, estante 02.

- ANTONIL, André João.
- ARRUDA, José Jobson de A. **O comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. **Marcelino Martins & Edward Johnston: 150 anos**. 2º ed. revista. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992. (Apêndice Estatístico, Tabelas 1.3 e 2.6).
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Sec. Mun. De Cultura. 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 11).
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Cidade e Recôncavo da Bahia*. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALA; UFBA, 1998.
- CANABRAVA, Alice P. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67* In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, out/dez 1972.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2a. Edição, São Paulo: Brasiliense 1982.
- Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888**. Tradução de Fernando de
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, Wilma P. **Ferrovias e Transição Para o Trabalho Assalariado em São Paulo**. Campinas: IFCH. Dissertação de Mestrado, 1976. Mimeo.
- EL KAREH, Almir C. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855/1865**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.
- FRAGOSO, João Luís R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GIROLETTI, D. **A industrialização de Juiz de Fora (1858/1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3):144-202, maio, 1980.
- GIROLETTI, D. **A Modernização capitalista em Minas Gerais**. Museu Nacional, UFRJ, Tese de doutoramento. 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**, vol.2.
- LANA, Ana L. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1920**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1985.
- MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba século XIX**. Lorena, São Paulo: Ed. Stiliano, 1998.
- MATTOS, Ilmar de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. (especialmente o capítulo 1 ‘A Recunhagem da Moeda colonial’).
- MATTOSO, Kátia. **Bahia, Século XIX: uma província Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MÔNICA, Maria Filomena. **Negócios e Política: os tabacos (1800/1890)**. Análise Social, vol. XXVII, 1992 (20 e 3o).
- MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense. 1998.
- PEDREIRA, Jorge M. Vianna. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa - De Pombal ao Vintismo (1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de**

- um Grupo Social.** Lisboa, 1995, Tese de Doutorado (Sociologia e Economia Históricas). Universidade Nova de Lisboa.
- PIRES, Anderson J. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.
- _____. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.** Tese de Doutorado. USP, São Paulo. 2004.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SAES, Flávio Azevedo M. de. **As Ferrovias de São Paulo. 1870-1940.** SP./Brasília: Hucitec/INL-MEC, 1981.
- SAES, Flávio de A.M. de (et ali). **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835).** São Paulo: Cia das Letras. 1985.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba.** Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, L. H. **A história da Bahia.** Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.